

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional

Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Trabalho e Contemporaneidade: uma investigação sobre o sujeito que
sofre**

Eduardo Spiering Soares Júnior

Pelotas, 2019

Eduardo Spiering Soares Júnior

**Trabalho e contemporaneidade: uma investigação sobre o sujeito que
sofre**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Medicina,
Psicologia e Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Peixoto Farias

Coorientador: Prof. Dr. Régis de Azevedo Garcia

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S676t Soares Júnior, Eduardo Spiering

Trabalho e contemporaneidade : uma análise do sujeito que sofre / Eduardo Spiering Soares Júnior ; Camila Peixoto Farias, orientadora ; Régis de Azevedo Garcia, coorientador. — Pelotas, 2019.

34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Psicologia. 2. Trabalho. 3. Subjetividade contemporânea. 4. Sofrimento. I. Farias, Camila Peixoto, orient. II. Garcia, Régis de Azevedo, coorient. III. Título.

CDD : 150

EDUARDO SPIERING SOARES JÚNIOR

Trabalho e contemporaneidade: uma investigação do sujeito que sofre

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Camila Peixoto Farias (Orientadora)

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Régis de Azevedo Garcia (Coorientador)

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Ricardo Kreutz

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Marta Solange Streicher Janelli da Silva

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho a minha mãe, Inês.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente aos meus pais, pois devo a eles minha existência.

Agradeço especialmente a você, mãe, por ter sido um exemplo permanente de perseverança, de dedicação, de carinho e de afeto.

Agradeço aos meus irmãos, Bianca e Ricardo, por toda compreensão com minhas constantes ausências, mesmo quando me fazia presente e isolava-me em meu silêncio.

Agradeço aos meus familiares por toda continência afetiva oferecida, por cada convite para um encontro, uma confraternização, um abraço. A presença de vocês é uma exigência constante do meu eu para que eu sinta que as coisas estão bem ou não.

Ainda no âmbito familiar, algumas figuras merecem menção: Cláudia, Rogério, Caroline, Gustavo, Edna, Fabiano, Marlene, Édson (*in memoriam* - que falta que você me faz). Ainda, Leonardo, Juliana, Matheus, Ivan, Janete, Wilson e Leonilda.

Agradeço aqui aos meus amigos Diego, Gregory, Thales, Vinícius, Marlon e mais recentemente, Erik, que foram aqueles que estiveram mais presentes ao longo desta minha caminhada. A amizade e o companheirismo de vocês durante minha vida têm uma importância indescritível na constituição da pessoa que sou.

Agradeço aos meus colegas por todas as conversas, os diálogos, as trocas, a paciência e por esse grupo que fortaleceu e enriqueceu nossa caminhada. A saber: Arthur, Aline, Diego, Jade, Matheus e Priscila.

Ainda em sala de aula, agradeço a vocês, Mariana, Morgana, Renata e Simone por toda a sinceridade nas trocas, pelo acolhimento das necessidades e pelo humor que sempre permeou tudo isso. Quero vocês por perto ao longo de toda minha existência mundana.

Agradeço a ti, Lislei. Mesmo que agora distante, por todo cuidado e carinho que disponibilizaste para minha pessoa ao longo da última década. Estarás para sempre guardada em meus registros afetivos, bem como tua família.

Agradeço a ti, Anna. Surgiste como um redemoinho de vento, convidou-me para um passeio como o sol faz ao tocar a textura das flores; me acalmou

como a noite que oferece um convite para o descanso, mesmo que inundado de vida.

Agradeço a professora Camila, cuja paciência, compreensão e acolhida são pilares fundamentais para a elaboração destes escritos.

Agradeço ao professor Régis, o Cinzento, por cada abraço cheio de afeto, pelo tom de doçura que suas palavras carregam, por todas as orientações de estágio onde acolheste minhas angústias e me auxiliou a potencializar as minhas práticas.

Agradeço a professora Marta, por toda sensibilidade e acolhida em sua escuta, especialmente em relação às práticas voltadas ao estágio clínico e compreensão dos processos que atravessaram este espaço.

Agradeço ao professor José Ricardo, por ter instigado em mim desde o início desta caminhada acadêmica a busca pelo questionamento e aprofundamento das questões que me mobilizavam no que diz respeito à existência e suas condicionalidades.

Agradeço a professora Miriam, por ter oferecido a possibilidade de criação de um campo de extensão onde muito cresci como pessoa e também aprendi sobre a lógica de um cuidado ampliado multidisciplinar para com o outro.

Agradeço, ainda, aos demais professores que me auxiliaram nessa formação como psicólogo e deixaram em minha pessoa a marca de seu conhecimento.

*“Eu só tenho medo de não ter tempo para cometer todas
as loucuras que desejo.”*

- Ita Portugal

Resumo

SOARES JÚNIOR, Eduardo Spiering. **Trabalho e Contemporaneidade**: uma investigação do sujeito que sofre. Orientadora: Camila Peixoto Farias. 2019. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Este trabalho busca problematizar a relação sujeito-trabalho na sociedade contemporânea. Inicialmente, analisa as configurações dessa relação a partir de uma perspectiva histórica, já que movimentos distintos foram responsáveis por condicionar os modos de produção e de trabalho ao longo dos séculos. Em um segundo momento, discute as especificidades dos novos processos de trabalho que vêm consolidando-se preponderantemente em todo mundo. As modificações ocorridas nas formas de trabalho e da relação dos sujeitos com esse no avanço dos séculos resultou em uma lógica produtiva atual caracterizada por relações cada vez mais fluídas. O sujeito encara um espaço de trabalho mais acirrado e competitivo, pautado por rápidas alterações de exigências e regulações. A partir dessa verificação, constrói-se uma análise sobre as diferentes implicações sociopolíticas e subjetivas dessa nova realidade de organização produtiva capitalista, colocando-se em evidência o sofrimento decorrente dessa lógica. O movimento de desubjetivação dos sujeitos em relação as suas práticas e a perda de sentido dos processos laborativos acabaram por destacar-se.

Palavras-chave: Trabalho. Subjetividade Contemporânea. Sofrimento.

Abstract

SOARES JÚNIOR, Eduardo Spiering. **Work and Contemporaneity: an investigation on the subject that suffers.** Advisor: Camila Peixoto Farias. 2019. 33 p. Final Paper (Bachelor in Psychology) – University of Medicine, Psychology and Occupational Therapy, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

This paper seeks the problematization of the subject-work relationship in the contemporary society. Initially, it analyses the configurations of this relationship from a historic perspective, since distinct movements were responsible in conditioning the means of production and work throughout the centuries. On a second moment, this paper discusses the specificities of the new processes of work that continuously have been consolidated preponderantly around the world. The modifications that occurred in the forms of work and the relationship between the subjects with this advance of the centuries resulted in a current productive logic characterized by relationships being increasingly fluid. The subject faces a more fierce and competitive work space, lined on fast alterations of demands and regulations. From this verification, an analysis on the different sociopolitical and subjective implications of this new reality of productive capitalist organization is created, putting in evidence the reoccurring suffering of this logic. The movement of desubjetivation of the subjects in relation to their practices and the loss of meaning in the labor processes stood out.

Key words: Work. Contemporary Subjectivity. Suffering.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Objetivos	13
3. Método	14
4. Discussão dos Resultados	15
4.1. Trabalho: uma breve perspectiva histórica	15
4.2. Trabalho e sofrimento: um olhar para a Contemporaneidade	21
5. Considerações Finais	31
Referências	32

1. Introdução

Problematizar o trabalho e sua relação com os sujeitos parece algo anormal e até mesmo excêntrico em tempos a qual a sociedade como um todo constitui-se de sujeitos caracterizados pela exposição de uma vivência pautada pelo desempenho e pela busca por maximização de produção (sendo essa não apenas atrelada às atividades laborais). Aqui, buscamos investigar como dá-se essa relação entre sujeito e atividade laboral na contemporaneidade, destacando, especialmente, o sofrimento que essa relação engendra.

Conforme expõe Rodrigues, et. al. (2006), o sofrimento ou esgotamento no trabalho é construído a partir da insistência do sujeito em viver em um ambiente que lhe é hostil e inadequado. Por esse prisma, não devemos pensar em “ambiente” apenas como o espaço físico disponível para a prática laboral ou para um grupo de colegas de trabalho, por exemplo, mas sim como algo no qual o sujeito está inserido em função da necessidade de provimentos para suas necessidades básicas e também por conta de um reconhecimento social inerente ao trabalho que esse realiza. Ainda de acordo com Rodrigues, et. al. (2006), a relação do homem com o trabalho nunca foi branda. Tal analogia pode ser exemplificada na própria etimologia da palavra trabalho, que representa algo penoso e indesejado, tendo esse termo origem na palavra “tripalium”, um antigo instrumento de tortura.

A construção dos processos subjetivos do mundo experienciado atualmente pelos sujeitos tem seus elementos constituintes fundamentados por processos de instantaneidade e de fluidez nas relações. Como características atuais do modelo de sociedade contemporânea, destaca-se um sujeito performático e que embasa sua existência em práticas que priorizam o desempenho e a maximização da produção, não apenas no âmbito do trabalho.

Portanto, este sujeito de desempenho atravessado em sua subjetividade pela opressão do trabalho, elemento condicionante à existência e à sobrevivência do sujeito - nesta sociedade regida pelos movimentos do capitalismo a nível global, é a figura central de análise deste trabalho. Compreender o papel o qual a centralidade do trabalho exerce como elemento responsável por gerar desubjetivação e sofrimento e por condicionar os sujeitos

ao esgotamento neste modelo de sociedade contemporânea é o que justifica o tecer destes escritos que se apresentarão a seguir.

2. Objetivos

Geral

Investigar o papel que a centralidade do trabalho exerce como elemento responsável por gerar sofrimento e por condicionar os sujeitos ao esgotamento neste modelo de sociedade contemporânea.

Específicos

- Analisar as configurações da relação sujeito – trabalho a partir de uma revisão histórica;
- Discutir as especificidades dos processos de trabalho em consolidação preponderantemente na contemporaneidade;
- Verificar as implicações subjetivas desta nova realidade da organização produtiva capitalista;
- Desenvolver uma interlocução contemporânea entre o sujeito, o trabalho e o sofrimento.

3. Método

O presente trabalho caracteriza-se como qualitativo, sendo definido como uma revisão bibliográfica narrativa que, de acordo com Gil, 2008, é feita a partir de estudos já elaborados, descritos em livros e artigos científicos. Birman (2001 – 2012), Lopes (2009), Dejours (1988), e Han (2015) foram colocados em diálogo com outros autores contemporâneos. A escolha dos autores deu-se pela identificação das ideias apresentadas com a proposta do trabalho.

Após essa etapa de seleção dos estudos, foi procedida a análise e o diálogo com os principais conceitos e com os argumentos de explicação contidos nesses textos, de modo a proporcionar uma avaliação e uma defesa da relação entre eles, objetivando responder ao problema inicial desta pesquisa.

4. Discussão dos resultados

4.1 Trabalho: uma breve perspectiva histórica

Para que possamos compreender como ocorre a relação atual do sujeito contemporâneo com as práticas laborais vigentes, é necessário realizarmos um breve resgate dos processos que fundamentaram a díade sujeito - trabalho ao longo do tempo. É também, preciso pontuar quais foram as modificações ocorridas neste âmbito, responsáveis por forjar as práticas de trabalho as quais preponderam na atualidade. Ainda, para a compreensão desta relação sujeito - trabalho é de suma importância compreender que essa constituiu-se através de fenômenos de ordem histórica. Movimentos distintos foram responsáveis por determinar os modos de produção e de trabalho ao longo dos séculos.

Vernant (1989) descreve que a concepção de trabalho compreendida atualmente era inexistente. Na Grécia Antiga, os seres humanos não carregavam na sua relação com o trabalho a intencionalidade de modificação da natureza, mas sim, possuíam o sentimento de que deveriam adequar-se a essa. Além da inexistência de intenção de modificação da natureza, o trabalho não era associado a uma configuração o qual o qualificasse como elemento central na formação da subjetividade, sendo a regulação das relações sociais estabelecidas por outros itens não atrelados ao ofício praticado (LOPES, 2009). De acordo com o que expõe Vernant (1989), o laço social estabelecia-se de forma desvinculada do ofício, considerando para o estabelecimento desses vínculos, as atividades as quais envolviam a vida política e religiosa dos sujeitos.

Portanto, a partir do século XVIII, segundo Lopes (2009), podemos situar o início da relação atual entre sujeito e trabalho tal qual é experienciada na contemporaneidade. Neste período, ocorre o surgimento de um novo padrão na forma de vivenciar a racionalidade e a sociabilidade, onde o trabalho torna-se um elemento definidor na forma de compreensão das relações sociais e do ser humano (LOPES, 2009). Essa modificação caracteriza-se pela proporcionalidade de reconhecimento que o trabalho passa a designar aos sujeitos, e constitui um ponto fundamental da ontologia humana até o presente momento (LOPES, 2009).

De acordo com o que expõe Braverman (1987), mesmo que a compra e a venda da força de trabalho tenha existido desde a antiguidade, até o século XIV não se constituiu uma classe representativa de trabalhadores assalariados na Europa. Ainda conforme explicitado pelo autor, esta representação quantitativa de trabalhadores só se tornou considerável a partir do advento do capitalismo industrial, caracterizado pela produção de mercadorias em bases capitalistas, no século XVIII.

No século XV, período em que o trabalho ainda se encontrava carregado das características do modelo de funcionamento imprimido pelo modo de produção artesanal, a reformulação dos processos de trabalho enfrentou resistências por parte da população trabalhadora em função da necessidade implícita de adequação ao cumprimento voluntário de horários, cuidado com as ferramentas e precisão no trabalho realizado (LOPES, 2009).

Surge, neste momento, a necessidade de internalização por parte dos sujeitos de uma nova ética atrelada as novas práticas laborais, onde estes deveriam estar dispostos a se submeter a um conjunto de variáveis, como as expostas acima. Para Lopes (2009), este movimento de interiorização de novos processos atrelados à prática laboral foi condição fundamental para a afirmação da Revolução Industrial, já que além de representar a vitória do modo de produção fabril sobre os antigos modelos de organização da produção, materializa uma nova relação entre o sujeito e o trabalho, forjando assim o trabalhador moderno – sendo este caracterizado por novas formas de manejo e controle de suas práticas laborais. Neste momento, a categoria trabalho passa a representar não apenas a prática de um ofício, mas também abrange diferentes modos de trabalho e os contextos que definem a exclusão do trabalho (LOPES, 2009).

Conforme aponta Dejours (1988), o período de desenvolvimento do capitalismo industrial foi caracterizado pelo crescimento da produção, aumento da concentração populacional urbana e êxodo rural. Ainda, como características desse processo, o autor cita o fornecimento de baixos salários, sendo estes inclusive insuficientes para a garantia do estritamente necessário para a sobrevivência dos sujeitos, os quais eram submetidos a jornadas de trabalho de doze, quatorze e até dezesseis horas por dia (DEJOURS, 1988).

A partir da incorporação das práticas de trabalho impostas pela Revolução Industrial, se instala uma resignificação na relação do sujeito com sua prática laboral. Esta modificação embasa uma nova forma de existência da relação sociosubjetiva, já que o trabalho, neste período, tornou-se um símbolo da forma de relação e ação do sujeito no mundo (LOPES, 2009).

Avançando no período histórico, o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma crise econômica no continente europeu, a qual foi acompanhada por modificações na base técnica dos processos de produção (LOPES, 2009). Esse período caracteriza a Segunda Revolução Industrial, em que a administração científica do trabalho emerge com o intuito de normalizar as dificuldades encontradas nas relações de trabalho, como, por exemplo, os altos índices de rotatividade, absenteísmo e a contestação coletiva da disciplinarização (LOPES, 2009).

Neste sentido, Dejourns (1988), aponta que a administração científica do trabalho surge como um movimento de disciplinarização dos corpos, especialmente por conta da necessidade de adaptações às exigências de tempo e ritmo de trabalho. Ainda de acordo com o autor, as performances exigidas são novas e fazem com o que corpo surja como o principal ponto de impacto dos prejuízos do trabalho. Para Dejourns (1988), este corpo fragilizado, sem defesa e explorado, além de sofrer, pode tornar-se um corpo doente em função das condicionalidades impostas pelo modo de trabalho.

Dessa maneira, conforme descreve Dejourns (1988), a administração científica do trabalho, ao separar através de seus processos a atividade manual da intelectual, resume-se por neutralizar a atividade mental dos indivíduos. Essa neutralização da atividade mental pode ser atrelada aos índices de absenteísmo, rotatividade e contestação da disciplinarização que se potencializam em função deste modelo de trabalho.

Essas modificações na base técnica dos processos de produção reverberam já no século XX como um modelo de trabalho simplificado, cronometrado e que tem como objetivo principal a elevação da produtividade, o que segundo Lopes (2009), acaba por desqualificar as atividades laborais e sentencia o trabalhador a condição de consumidor como forma de enfrentamento da crise econômica. A satisfação oriunda do trabalho neste ponto de desqualificação das atividades é substituída por uma lógica em que o

trabalho passa a ser o meio pelo qual o sujeito alimenta o próprio modelo capitalista, ou seja, passa a ser um meio para o consumo. Isso evidencia uma radical transformação na relação que os sujeitos estabelecem com o trabalho.

Neste momento, ocorre um movimento importante de transformação. O trabalho passa a ser um dispositivo que sustenta a lógica de consumo do capital. A instrumentalização do trabalho, invadida por uma lógica de repetição maquínica de suas práticas gera um esvaziamento de sentido na atividade laboral, tornando os trabalhadores sujeitos a uma existência que privilegia a ideia de que o lucro é o elemento mais importante.

Tal condição é alimentada pelo estímulo do consumo para o enfrentamento da crise instaurada. Esse movimento inicia a perda de sentido nos processos laborativos e inclina os sujeitos a um processo de desubjetivação, uma vez que a lógica de existência do sujeito se fundamenta em sua capacidade de consumo, e não mais em função de sua satisfação com o trabalho. Em consequência disso, não apenas ocorrem mais alterações nos processos de trabalho, como também surge uma nova formatação das noções de identidade e trabalho (LOPES, 2009).

A consolidação do fordismo no período posterior a Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento do ideário de “Bem-Estar Social”, caracterizado pela elevação dos salários e um conjunto de medidas de proteção social, constroem o modelo de produção e consumo em massa e dão início a uma nova forma de disciplinarização das camadas populares (LOPES, 2009). Tal disciplinarização tem como objetivo transformar o sujeito em um trabalhador submisso, porém economicamente produtivo (LOPES, 2009).

De acordo com Druck (1999), o fordismo representa um novo padrão de gestão do trabalho e também da sociedade. Antunes (2015) explicita:

[...] reiterando que entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas, e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na

grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 2015, p. 39).

Lopes (2009) expõe que as novas ferramentas gerenciais impostas pelo fordismo apresentam efeitos não apenas nos processos de trabalho, mas também são responsáveis pelo desenho de um novo esquadro político-social, em que o trabalho passa a ser elemento fundamental na constituição identitária dos sujeitos, mas de forma diferente a partir do consumo que ele possibilita.

Conforme exposto por Harvey (2014), o modelo de produção fordista se manteve forte até meados de 1973, baseado no sistema de produção em massa. Porém, a partir da recessão instaurada em 1973, tem início um novo processo de modificação no modelo de acumulação de capital (HARVEY, 2014). Este novo conjunto de processos reconfiguram os moldes da produção e conseqüentemente alteram o mundo do trabalho (LOPES, 2009). Este movimento marca o começo do período denominado “globalização” e dá início a chamada acumulação flexível, caracterizada por Lopes, 2009, da seguinte forma:

Apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, impulsionado pelas novas tecnologias da informação, o regime de acumulação flexível vem justamente corroer a enorme rigidez dos processos fordistas, reestruturando o sistema produtivo e promovendo efeitos significativos na conformação subjetiva contemporânea (LOPES, 2009, p. 96).

Para Harvey (2014), a acumulação flexível “[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]” (HARVEY, 2014, p. 140). Ainda, de acordo com este autor, a acumulação flexível se constitui pelo surgimento de novos setores de produção, novas formas de fornecimento de serviços financeiros e novos mercados. Tais fatores, ainda conforme expõe o autor, estão atreladas a altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Nesse novo momento, quando a tecnologia conquista cada vez mais espaço em substituição ao contingente mecânico e de grande parte da mão-de-obra humana no modelo de produção, este ‘sujeito trabalhador’ ocupa um novo espaço na lógica de operação do mercado de trabalho (LOPES, 2009). Esse novo espaço, conforme aponta Lopes (2009), abrange duas tendências opostas, em que uma delas é responsável por relevar a desproteção e a precariedade atrelada a práticas laborais na contemporaneidade, e a outra

vertente indica um resgate do saber do trabalhador e da valorização do trabalho qualificado. Entre o que se pode citar como itens que caracterizam esta nova etapa da relação sujeito x trabalho, Lopes (2009), aponta: redução estrutural dos postos de trabalho; precarização dos vínculos trabalhistas; maior competitividade no mercado; dinamização das tarefas e atividades; necessidade de maior qualificação e polivalência dos indivíduos no campo do trabalho; exigência contínua de individualização e inovação da produção e a flexibilização da organização do trabalho.

Cabe então aos sujeitos o enfrentamento de um mercado ainda mais acirrado e competitivo, atravessado por outras características reguladoras e por novas exigências que obrigam o sujeito a uma reconfiguração de seus padrões, valores e relações não apenas no que diz respeito aos domínios do trabalho, mas também aos aspectos que os constituem fora deste âmbito (LOPES, 2009).

Este novo cenário a qual caracteriza as relações de trabalho, de acordo com Lopes (2009), é considerado uma ‘evolução natural’ do modelo de produção e abre espaço para o surgimento de um formato de ‘trabalhador competente’, que “naturalmente” deve carregar a responsabilidade de experienciar a insegurança e a flexibilidade das relações de trabalho como um elemento que terá de enfrentar no curso de sua vida profissional.

Já inseridos no século XXI, a competência torna-se um item indispensável na condução das relações sociais de trabalho, tanto no interior dos ambientes produtivos como também fora destes, e esta recebe um status de significativa importância na vida social do sujeito contemporâneo (LOPES, 2009). Esta competência se fundamenta, de acordo com Lopes (2009), nas “[...] novas estruturas produtivas que individualizam cada vez mais o trabalho e sua regulação, dispendo única e exclusivamente sobre os ombros do trabalhador a responsabilidade de sua inserção social” (LOPES, 2009, p. 98).

Ainda em relação à competência, o que essa impõe é a configuração de um novo padrão de expectativas sobre o trabalhador, onde este deve ampliar suas possibilidades de análise e de ação frente aos eventos, sendo que além de suas qualificações para o trabalho, são consideradas outras características, como atributos pessoais, seus valores e desejos (RAMOS, 2001).

Esta contextualização histórica nos conduz a compreender, em linhas gerais, as modificações que a relação do sujeito com o trabalho foi sofrendo e o percurso que alicerça as formas contemporâneas de relação com o trabalho. É importante destacar, segundo Lopes (2009), que, atrelada a construção de subjetividade em nossa cultura presente, o trabalho surge como um elemento fundamental para a compreensão dos processos de produção de subjetividade no contemporâneo, já que se constitui como um dos seus alicerces. Os elementos que caracterizam essa relação entre sujeito e trabalho no contexto atual estão atrelados a itens como competitividade, pressa e cansaço; além do surgimento de uma nova ética voltada para as atividades laborais, como detalharemos a seguir.

4.2 Trabalho e sofrimento: um olhar para a Contemporaneidade

A partir do resgate histórico acima realizado sobre as modificações dos atravessadores que forjaram a relação sujeito-trabalho, alguns pontos carecem de uma averiguação mais detalhada sobre suas bases e desdobramentos contemporâneos.

As modificações ocorridas nas formas de trabalho e da relação dos sujeitos com este no avanço dos séculos resultou em uma lógica produtiva atual caracterizada por relações cada vez mais fluídas. O sujeito encara um espaço de trabalho mais acirrado e competitivo, pautado por rápidas alterações de exigências e regulações. Além disso, enfrenta uma exigência constante de atualização, aumento de produtividade e de desempenho (LOPES, 2009).

Ainda de acordo com Lopes (2009), esta reorganização do trabalho configura um mundo produtivo onde as características de base que ordenam a relação sujeito x trabalho tem ênfase na multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores e também na reestruturação das ocupações (LOPES, 2009). Estas características nos direcionam a um contexto atual de práticas laborais associadas a elementos como a repetição, a exigência de produção, a rapidez e a ocupação do tempo.

O caráter repetitivo indicado acima aponta a ideia de uma vida produtiva em que a capacidade de contemplação e de busca de sentido nas práticas não se apresenta como um elemento de considerável importância nas

condicionalidades de existência dos seres humanos. De acordo com Deleuze (2006), “a repetição é uma condição da ação antes de ser um conceito da reflexão” (DELEUZE, 2006, p. 94). Assim, o que se impõe é uma lógica de existência fundamentada na exigência de produção que se desdobra em uma exigência de atividade, mesmo que esvaziada de sentido. Conforme expõe Han (2015), “a sociedade laboral individualizou-se numa sociedade de desempenho e numa sociedade ativa” (HAN, 2015, p. 43). Além disso, o autor relata que no contexto atual, levando em consideração as características do modelo social vigente (marcado pela exigência de performance e desempenho), o indivíduo pode ser qualquer coisa, exceto um ser passivo.

Ainda, em relação aos itens de repetição e exigência de produção, Han (2015), afirma que o cenário constituinte de nossas regras sociais de existência não é mais determinado pelo modelo de sociedade disciplinar outrora descrito por Foucault, já que, “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (HAN, 2015, p. 24). Para o autor, por mais que o modelo social disciplinar exposto por Foucault ainda exerça uma espécie de sombra sobre a existência dos sujeitos, a característica preponderante na contemporaneidade é de uma época ou período a qual podemos denominar sociedade do desempenho.

Tal constatação exposta por Han, indica uma preponderante exigência de performance e desempenho que caracteriza também o mundo do trabalho na contemporaneidade. Lopes (2009) aponta a noção de competência como um item de destaque neste cenário atual das práticas laborais, sendo este termo associado a características necessárias para a adaptação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, e abrange itens como o questionamento da qualificação profissional, autonomia e iniciativa por parte dos sujeitos.

Esta sociedade do desempenho descrita por Han (2015) é constituída por sujeitos de desempenho e de produção, “empresários de si mesmos” que se supõe “livres!”. Porém, estes sujeitos são regidos por uma livre coerção, que se traduz em um excesso de trabalho e busca por maximização de seu desempenho.

Este cenário se caracteriza por uma liberdade paradoxal, representada, na verdade, por um aprisionamento que gera nos sujeitos uma sensação de suposta liberdade. Para Han (2015), o sujeito é ao mesmo tempo explorador e

explorado, e tem o seu aprisionamento caminhando ao lado de seu sentimento de liberdade. O autor afirma:

O sujeito de desempenho está livre da instância interna de domínio que o obriga a trabalhar ou poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito da obediência. A queda da instância dominadora não leva a liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam (HAN, 2015, p. 29).

Sendo assim, o que emerge é um sujeito “livre”, porém submetido a uma instância interna de domínio, justamente por conta da interiorização do elemento dominador. A coação é oriunda de um dominador interiorizado que exerce sobre o sujeito uma exigência de produção e desempenho. Tal condicionalidade de uma ideia de pressuposta liberdade acarreta no sujeito uma opressão oriunda da lógica social, mas que em função de sua interiorização age a partir de si mesmo. Esta opressão opera a partir da lógica de necessidade de produção interiorizada pelo indivíduo e que acaba gerando uma violência do próprio sujeito para com ele mesmo.

Desta forma, ainda de acordo com Han (2015), o excesso de trabalho se transforma em uma auto-exploração, em uma necessidade incontestável de sentir-se produtivo e ocupado para que o sujeito possa reconhecer-se como inserido no quadro social vigente. Esta auto-exploração e necessidade de produção, no entanto, não se reduzem apenas ao campo do trabalho, se expandindo como uma lógica constituinte da forma de ser e agir na contemporaneidade.

Em relação a esta auto-exploração Han (2015), aponta:

Também o aceleramento de hoje tem muito a ver com a carência de ser. A sociedade do trabalho e do desempenho não são uma sociedade livre. Elas geram novas coerções. A dialética de senhor e escravo está não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer. Leva, ao contrário a uma sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor (HAN, 2015, p. 46-47).

Este aceleramento descrito por Han remete a rapidez imposta nas práticas e também a constante necessidade de ocupação do tempo, o que nos direciona a pensar em uma forma de existência regida por uma compulsão à agir. Esta compulsão à agir se configura na busca de práticas que preencham

o cotidiano, mesmo que estas não ofereçam aos indivíduos uma representação de sentido em suas ações.

Para Birman (2012), “a compulsão é uma modalidade de agir caracterizada pela repetição, já que o alvo da ação não é jamais alcançado” (BIRMAN, 2012, p. 84). Ainda de acordo com o autor, esta compulsão se caracteriza por uma repetição incansável e que não apresenta modulações ou variações e assume uma condição imperativa em relação ao psiquismo, ou seja, torna-se uma exigência da qual o sujeito não consegue escapar.

Esta prática compulsiva se caracteriza como esvaziada de sentido por estar atrelada apenas a necessidade produtiva. A compulsão à agir não se configura como um processo oriundo estritamente das vontades e necessidades do sujeito, mas sim, imposta por uma característica contemporânea que impele ao indivíduo a exigência de produção. A compulsão à agir é esvaziada de sentido por reduzir-se apenas ao ato, portanto, uma ação sem um sentido que a antecede e sem construção de sentidos a posteriori.

Ainda em relação a esta prática compulsiva, repetitiva e esvaziada de sentido verificada na contemporaneidade, Birman (2012), aponta que no período da modernidade, a condição de estilo de ser dos sujeitos tinha seus itens fundantes pautados em uma existência pausada e reflexiva. Atualmente, em oposição a essa característica, na contemporaneidade, o que se destaca é a aceleração do sujeito. O autor comenta que “o ser interiorizado no registro do pensamento se transforma no ser exteriorizado e performático que quer agir, antes de mais nada” (BIRMAN, 2012, p. 82).

Neste contexto, ainda de acordo com o mesmo autor, esta necessidade de “agir antes de mais nada” configura o surgimento de uma hiperatividade, onde “age-se frequentemente sem que se pense naquilo a que se visa como ação de forma que os indivíduos nem sempre sabem dizer o que os leva a agir” (BIRMAN, 2012, p. 82). Deste modo, o sujeito se constitui a partir de um raciocínio fundamental expresso pela lógica da ação como garantia de existência, pelo agir, logo existir (BIRMAN, 2012).

Em associação a essa hiperatividade, Han (2015), observa que “os desempenhos culturais da humanidade, dos quais fazem parte também a filosofia, devem-se a uma atenção profunda, contemplativa” (HAN, 2015, p. 33). No entanto, na contemporaneidade estamos diante do surgimento de uma

forma de atenção distinta, a qual o autor denomina hiperatenção. Esta hiperatenção é caracterizada por alterações na relação com o tempo e a atenção, de modo que se constitui como uma atenção dispersa, ao contrário da atenção profunda e contemplativa, e é caracterizada por Han como “[...] uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos” (HAN, 2015, p. 33).

Sendo este sujeito contemporâneo pautado por características de hiperatividade, hiperatenção e desempenho a sua condicionalidade de existência se reflete em processos rápidos, multifocais e que tem como finalidade o plano da ação. Assim, o sujeito reduz sua existência a lógica da ação e da performance, o que se reflete também nos processos de trabalho.

Dunker (2015), afirma que há uma exigência de reinvenção constante no cenário do trabalho, de modo que o sujeito deve manter-se constantemente atento a revolução dos processos produtivos. Isto levaria o sujeito a avaliar a sua condição de vida a partir da produtividade, da ocupação e da agitação, classificando-a como boa ou ruim. Birman (2001), também elenca a importância do caráter psicopatológico atrelado à possibilidade de fracasso do sujeito neste cenário atual. Não ser capaz de realizar a valorização do seu Eu surge com potencial inclinação para levar os sujeitos ao sofrimento, ao mal-estar e ao desamparo (BIRMAN, 2001). O próprio Birman (2012) define este mal-estar como um signo privilegiado que se configura nas relações do sujeito com o outro e consigo mesmo, de modo a revelar as condicionalidades constituintes da experiência subjetiva.

Desta forma, uma condicionalidade paradoxal se apresenta: para o sujeito sentir-se produtivo e inserido na lógica atual que rege o mundo do trabalho, indubitavelmente este precisa estar em um estado de hiperatividade e ocupação constante. Ao mesmo passo em que existe uma satisfação devida ao reconhecimento de sua performance pelo outro, uma dimensão de sofrimento e esvaziamento subjetivo o acomete.

Para compreendermos de maneira mais elucidativa este paradoxo, devemos aqui especificar o elemento de centralidade que o trabalho representa na condicionalidade de existência dos sujeitos. De acordo com Tolfo & Piccinini (2007), esta centralidade pode ser compreendida como o grau de importância que o trabalho tem na vida do sujeito em um determinado momento de sua

existência. Esta centralidade é constituída, de acordo com as autoras, por dois componentes. O primeiro deles é caracterizado por um componente valorativo, descrito como centralidade absoluta do trabalho, responsável pela mensuração do valor atribuído ao trabalho dentro da vida dos indivíduos, e também por identificar “[...] em que medida o trabalho é central para auto-imagem” (TOLFO & PICCININI, 2007, p. 39). O segundo componente corresponde a um elemento de centralidade relativa ao trabalho, atrelado à influência dos ciclos vitais do sujeito e determina a relação existente entre o trabalho e outros momentos significativos na vida destes (TOLFO & PICCININI, 2007).

A centralidade representada pelo trabalho na constituição de vida dos sujeitos não decorre apenas da necessidade de capital para o provimento econômico, de modo a suprir as necessidades básicas de sobrevivência dos sujeitos, como alimentação, saúde, moradia, lazer, entre outros. Esta centralidade apresenta também um componente psíquico, já que é um ponto importante de constituição dos processos identificatórios do sujeito e de sua relação com o modelo de sociedade em que estão inseridos. Na atualidade, ocorre um esvaziamento de sentido deste componente identificatório, sendo este constituído a partir de uma ótica de performance e desempenho e que por influência das constantes necessidades de mudança no mundo do trabalho acaba não oferecendo ao sujeito um suporte de sentido em suas práticas. Portanto a forma de relação estabelecida com o trabalho apresenta importante influencia na forma de relação consigo mesmo, com o outro, em outras palavras, importante influência para as formas de existência construídas.

Para Dejours (1988):

É o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça. Despersonalizado no trabalho, ele permanecerá despersonalizado em sua casa (DEJOURS, 1988, p. 46).

Ao “fora da fábrica” citado acima podemos atrelar um “fora do ambiente de trabalho”, de modo a realizar essa verificação no contexto atual das práticas do indivíduo em seu cotidiano. Ainda de acordo com o autor, sendo este sujeito despersonalizado no trabalho, ele permanecerá com essa característica nas suas atividades fora deste campo, uma vez que “[...] tempo de trabalho e tempo fora do trabalho formariam um continuum dificilmente dissociável” (DEJOURS,

1988, p. 46). Ainda de acordo com Dejours (1988), os sujeitos mantêm fora do ambiente de trabalho, inclusive durante os dias de descanso, uma lógica de atividades submetidas ao cronômetro, de modo a manter presente em suas práticas um condicionamento mental atrelado ao condicionamento produtivo.

Dejours (1988) destaca que dois componentes podem ser considerados na relação do sujeito com seu trabalho, sendo eles: conteúdo significativo em relação ao objeto e o conteúdo significativo em relação ao sujeito. O primeiro item comporta uma significação narcísica, que “[...] pode suportar investimentos simbólicos e materiais destinados a um outro, isto é, ao Objeto” (DEJOURS, 1988, p. 50). O autor também expõe:

A atividade do trabalho, pelos gestos que ela implica, pelos instrumentos que ela movimenta, pelo material tratado, pela atmosfera na qual ela opera, veicula um certo número de símbolos. A natureza e o encadeamento destes símbolos, dependem, ao mesmo tempo, da vida interior do sujeito, isto é, do que ele põe, do que ele introduz de sentido simbólico no que o rodeia e no que ele faz. Todas estas significações concretas e abstratas organizam-se na dialética com o Objeto (DEJOURS, 1988, p. 50)

Compreende-se que este conteúdo de relação do sujeito com o objeto representa uma unicidade relacional, já que para cada trabalhador esta dialética com o objeto é única, dada a singularidade da historicidade de vida de cada trabalhador. Ainda sobre o conteúdo significativo em relação ao objeto, a produção como função econômica, política e representativa de uma função social também se impõe.

Em relação ao conteúdo significativo da tarefa o autor o descreve como composto pela dificuldade prática da tarefa, a significação da tarefa acabada em relação a uma profissão e também pelo estatuto social atrelado ao posto de trabalho e aponta que “as frustrações resultantes de um conteúdo significativo inadequado às potencialidades e às necessidades da personalidade pode ser uma fonte de grandes esforços de adaptação” (DEJOURS, 1988, p. 52).

Uma tarefa que não se relaciona com o sujeito, visando apenas a prática da ação e da repetição, condiciona o mesmo a uma necessidade de adaptação que impõe o início de uma configuração de insatisfação em relação a sua prática laboral. Ainda, Dejours (1988), explicita que o contato forçado com uma tarefa que não é necessariamente interessante produz no sujeito uma imagem de indignidade, pois a falta de significação da prática, a frustração narcísica e a inutilidade dos gestos constituem uma imagem narcísica pálida, feia e

miserável. Para o autor, “a certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir, marca o começo do sofrimento” (DEJOURS, 1988, p. 52).

Conforme exposto por Sennet (1999), em função de uma obrigatoriedade de flexibilização da forma de ser de si mesmo em detrimento da necessidade de adaptação as oscilações do mercado de trabalho, os sujeitos são acometidos por uma desestruturação de seu caráter, que deveria ser responsável pela potência de agir e de ser. Esta condicionalidade de desestruturação do caráter, de acordo com o autor, se dá por conta da impossibilidade de construção de uma narrativa de vida dos sujeitos que seja linear e pautada pela experiência, justamente por conta da incessante necessidade de adaptações impostas pelo modelo de trabalho, o que induz por configurar um sujeito fragmentado.

Em função disto, o indivíduo perderia sua potência e suas bases de sustentação narcísica, já que o caráter se dilui ou desaparece e o sujeito acaba sendo incapaz de possuir qualquer projeto de existência, tendo como função primordial desta adaptar-se às oscilações, variações e exigências do mercado de trabalho, tornando-se um sujeito sobrevivente e impossibilitado de viver de forma a explorar outros elementos de sua existência.

Para Tolfo & Piccinini (2007), “o homem, alienado, torna-se apenas um produtor e consumidor de capital, deixando de buscar sua identidade nas atividades que executa. Deixa, então, de atribuir significados e sentidos positivos ao seu fazer” (TOLFO & PICCININI, 2007, p. 45). Nesse sentido, Birman (2012), aponta que o sujeito começa a esgotar-se de uma forma trágica, onde sua potência se perde e também suas bases de sentido, e assim, a existência se reduz a uma busca por adaptação as reorganizações impostas pelo mercado de trabalho.

Esta constante necessidade de reorganização impõe ao sujeito uma condicionalidade de existência onde o mesmo busca apenas sua sobrevivência e o reconhecimento de sua performance (que apresenta uma exigência de renovação constante) pelo olhar do outro, não havendo neste contexto espaço, nem tempo para a experiência, para produção de sentidos, para subjetivação do trabalho. De acordo com o autor, nesta cultura atual, a importância do sujeito no cenário social se dá por aquilo que ele aparenta, sendo a exibição a

razão de ser deste indivíduo que está submetido à exigência de performance, onde o Eu deve ser constantemente glorificado (BIRMAN, 2001).

Percebe-se um esvaziamento de sentido nas práticas não apenas atreladas ao trabalho, mas também à configuração existencial dos indivíduos de maneira geral. Sendo a lógica de existência dos indivíduos pautada por características como repetição, da exigência de produção, rapidez e ocupação do tempo. Assim o esvaziamento de sentido se impõe como um vazio do e no trabalho se desdobrando em um vazio do e no existir (BIRMAN, 2012).

A estas práticas que suscitam um esvaziamento de sentido na existência dos sujeitos, podemos associar a ideia exposta por Han (2015), de uma sociedade do desempenho atravessada pelo cansaço. Para o autor, a sociedade de desempenho alicerça um sentimento de cansaço e esgotamento excessivos. Ainda, o autor também aponta que este cansaço é solitário, e atua de uma forma que isola e individualiza os sujeitos (HAN, 2015). O autor afirma que:

O cansaço profundo afrouxa as presilhas da identidade. As coisas pestanejam, cintilam e tremulam em suas margens. Tornam-se mais indeterminadas, mais permeáveis, e perdem certo teor de decisibilidade (HAN, 2015, p. 75).

Portanto este sujeito cansado, esgotado, que tem sua existência esvaziada de sentido é atravessado por uma condicionalidade de sofrimento na sua relação com o trabalho. Conforme expõe Souza (2012), “a busca pelo lucro a qualquer custo e o aumento da produção nas empresas gera problemas sociais e humanos que tem consequências sobre a vida dos trabalhadores” (SOUZA, 2012, p. 27). Tal sofrimento é de ordem psíquica podendo se desdobrar em sofrimentos físicos, e resulta do confronto existente entre sujeito x trabalho, quando este não mais consegue conciliar sua subjetividade (desejos, afetos, conflitos...) a prática laboral a qual está submetido (SOUZA, 2012).

Além disso, Souza (2012) reitera a ideia de que o sofrimento no trabalho apresenta consequências para a constituição da subjetividade e história de vida dos sujeitos. Este “modo operante laborativo”, carregado de um sofrimento inerente a sua prática, impele os sujeitos ao enfrentamento de um trabalho responsável por gerar sentimentos de ansiedade e também por distúrbios psíquicos, de modo que o processo de medicalização destes trabalhadores

surge como uma forma de disfarce do sofrimento psíquico e manutenção deste sujeito aos determinantes da lógica produtiva, como forma de manutenção de uma performance, da repetição frenética de um fazer esvaziado de sentido (SOUZA, 2012).

Ainda, este sujeito que deve sempre estar apto para suas práticas laborais, de modo a permanecer produtivo, tem como uma das principais exigências de performance o consumo. A disponibilidade de capacidade para a venda de seu tempo de trabalho se embasa, na realidade, em um modelo de reprodução do capital, a qual sua renda é direcionada para um estímulo ao consumo.

Aqui, o movimento de desubjetivação dos sujeitos em relação as suas práticas e a perda de sentido nos processos laborativos destacam-se. O trabalho e a satisfação inerente a sua prática se dissolve em uma lógica em que o trabalho se torna apenas um meio para a alimentação da capacidade de consumo, um meio para uma série de ações repetitivas e na maioria das vezes esvaziadas de sentido para manter uma performance valorizada socialmente na contemporaneidade (SOUZA, 2012).

Além do sofrimento provocado por essa lógica, não podemos esquecer dos sujeitos que são excluídos por ela. Sujeitos que estão fora do mercado de trabalho, sem possibilidade de consumo, invisibilizados e marginalizados por um sistema voltado para a lógica produção/consumo; lógica que caracteriza um capitalismo selvagem comprometido apenas com o lucro. Nesse caso estamos diante de outra dimensão do sofrimento ligada à exclusão social, à invisibilidade e à pobreza.

Portanto, constatamos que a relação do sujeito com o trabalho na contemporaneidade é marcada pelo menos por duas dimensões de sofrimento: o sofrimento dos sujeitos que estão incluídos no mercado de trabalho e buscam freneticamente manter o desempenho, a performance e o consumo mesmo que as custas do esvaziamento subjetivo e do cansaço extremo. E o sofrimento dos sujeitos excluídos desse universo de produção e consumo que também sofrem com a desubjetivação e invisibilidade.

5. Considerações Finais

A análise das modificações ocorridas ao longo do tempo na relação sujeito – trabalho permitiu a verificação de diferentes composições do mercado de trabalho e de formas distintas de como essa relação com o trabalho atravessa a constitucionalidade dos sujeitos.

Na contemporaneidade, verifica-se então a relação deste sujeito com suas práticas laborais fundamentada em relações que exigem dele uma lógica de desempenho e de maximização de produção nas suas atividades, não delimitadas apenas ao campo laborativo. Isso conduz a uma existência caracterizada por práticas esvaziadas de sentido. Tais itens são fundamentais para a compreensão do sofrimento inerente à existência dos sujeitos na contemporaneidade.

Estamos, portanto, diante da centralidade do trabalho para a constituição das subjetividades na atualidade. Essa centralidade foi abordada como um elemento capaz de gerar processos de desubjetivação e também como um dos elementos responsáveis por um quadro de cansaço constante, de esgotamento de si mesmo, muito presente na atualidade.

Por fim, diante de toda revisão realizada a partir do resgate histórico e dos atravessadores contemporâneos que constituem a relação do sujeito com o trabalho, observou-se que as implicações subjetivas oriundas desta relação se dão por uma fluidez e por uma rapidez atrelada à lógica performática predominante no ideário social. Assim, esse sujeito do desempenho reduz sua existência ao caráter da ação, a falta de sentido e a um sofrimento individualizado. Teria o sujeito contemporâneo, atravessado pelo desempenho e pela ação, sua existência reduzida a uma (sobre)vivência direcionada apenas à produção?

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. São Paulo: Graal, 2006.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Rev. Econ. Pol.**, v. 19, n. 2, abr/jun 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/74-3.pdf> Acesso em 23 Mai. 2019.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, BYUNG-CHUL. **A Sociedade do Cansaço**. 1. Reimpr. Petrópolis: Vozes, 2015. 78p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-113, Junho 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000100005&lang=pt Acesso em 29 Abr. 2019.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências**. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, ano IV, n. 7, Nov. 2006. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1ieajlwck_2013-5-10-15-30-2.pdf Acesso em 30 Abr. 2019.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, Vanessa Alexandre de Souza. As transformações no mundo do trabalho e a vivência subjetiva dos trabalhadores. **Aurora**, Marília, v. 5, n. esp., p. 25-36, 2012. Disponível em: <http://200.145.171.5/revistas/index.php/aurora/article/view/2361> Acesso em 01 Jul. 2019.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. esp., p. 38-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07> Acesso em 08 dez 2018.

VERNANT, Jean-Pierre. Trabalho e natureza na Grécia Antiga. In: VERNANT, Jean-Pierre; NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1989, p. 9-33.